



XVI

FIPED

XVI FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

**A PESQUISA NA GRADUAÇÃO: SABERES E
PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE**

27 a 30 de maio 2026

Sertão Central - Quixadá - CE
Evento híbrido e interdisciplinar

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL
DE PESQUISA NA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

  [ainpgp_fiped](https://www.instagram.com/ainpgp_fiped)

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM TERREIROS DE UMBANDA: SABERES E PRÁTICAS DOS PRETOS VELHOS NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Joana Adélia Matias Magalhães¹; Clecia Maria Lopes do Nascimento²; Gabriela Ribeiro da Silva³

¹Discente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – Campus Ibiapaba, São Benedito-CE. E-mail: joanamx@gmail.com

²Docente do curso de Pedagogia, de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA Campus Ibiapaba, São Benedito-CE. Licenciada em Pedagogia, Ciências Sociais e Filosofia, Mestre em Sociologia. E-mail: clecia_maria@uvanet.br

³Discente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – Campus Ibiapaba, São Benedito-CE. E-mail: gabiribeiro121950@gmail.com

Resumo

Este trabalho analisa como os saberes e ensinamentos dos Pretos Velhos da Umbanda contribuem para a construção de práticas educativas antirracistas na educação não formal. Parte-se do reconhecimento do racismo estrutural na sociedade brasileira e do apagamento histórico dos saberes afro-brasileiros, destacando a importância dos conhecimentos ancestrais transmitidos nos terreiros por meio da oralidade, da memória e do cuidado. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e etnográfico, sendo desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturadas e observação participante em casas de axé localizadas na Serra da Ibiapaba, no Ceará. Os resultados indicam que os Pretos Velhos atuam como educadores populares, transmitindo valores como humildade, respeito, acolhimento, ancestralidade e igualdade racial. Esses saberes, construídos a partir de experiências históricas de dor, resistência e espiritualidade, configuram-se como práticas educativas relevantes no enfrentamento do racismo e na formação de sujeitos críticos. Conclui-se que os terreiros de Umbanda se constituem como espaços legítimos de educação não formal, nos quais ética, política e espiritualidade se articulam na promoção de uma educação antirracista comprometida com a valorização da diversidade e da dignidade humana.

Palavras-Chave: educação não formal; educação antirracista; Umbanda; Pretos Velhos

Introdução

Abordar o racismo no Brasil implica reconhecer uma trajetória histórica marcada por violências, silenciamentos e apagamentos sistemáticos que marginalizaram a população negra e deslegitimaram seus saberes, culturas e ancestralidades. Nesse contexto, a educação antirracista emerge como uma estratégia fundamental para o enfrentamento dessas desigualdades, ao propor a valorização dos conhecimentos afro-brasileiros e a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça social (Gomes, 2017).

Entre os espaços de produção desses saberes, destacam-se os terreiros de Umbanda, que se configuram como territórios de resistência cultural, espiritual e educativa. Nesses contextos, a linha dos Pretos Velhos ocupa lugar central, sendo reconhecida pela transmissão de ensinamentos baseados na experiência, na oralidade, na memória coletiva e no cuidado. Suas práticas e orientações expressam valores como humildade, respeito, paciência, acolhimento e igualdade, constituindo-se como formas de educação não formal.

Apesar da existência de estudos que abordam a Umbanda e as religiões de matriz africana no campo educacional, ainda são pouco exploradas as pesquisas que analisam os saberes dos Pretos Velhos como práticas educativas voltadas ao enfrentamento do racismo. Essa lacuna evidencia a relevância do presente estudo, que busca contribuir para a valorização desses conhecimentos historicamente marginalizados pela lógica eurocêntrica.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, orientada por uma perspectiva etnográfica. Os procedimentos metodológicos incluíram levantamento bibliográfico, realização de entrevistas semiestruturadas e observação participante em casas de axé localizadas na Serra da Ibiapaba, no estado do Ceará, especificamente nos municípios de São Benedito e Ubajara.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar de que forma os saberes e ensinamentos transmitidos pelos Pretos Velhos da Umbanda podem contribuir para a construção de práticas educativas no campo da educação não formal, comprometidas com uma educação antirracista.

1. Educação, racismo e produção de desigualdades no Brasil

A educação brasileira foi historicamente estruturada a partir de uma lógica eurocêntrica, que privilegiou saberes de origem europeia e marginalizou conhecimentos produzidos por populações negras e indígenas. Esse processo está diretamente relacionado à formação do racismo no país, compreendido não apenas como atitude individual, mas como um sistema que organiza e hierarquiza as relações sociais.

De acordo com Munanga (2003), o racismo se sustenta na construção de diferenças entre grupos humanos, associando características físicas a valores morais, intelectuais e culturais. Essa lógica contribui para a naturalização das desigualdades e para a desvalorização das identidades negras.

No contexto educacional, essa estrutura se manifesta por meio do silenciamento de histórias, culturas e saberes afro-brasileiros, reforçando estereótipos e invisibilizando contribuições fundamentais para a formação da sociedade.

Nesse sentido, a escola pode tanto reproduzir quanto enfrentar o racismo. Quando não problematiza as relações étnico-raciais, contribui para a manutenção das desigualdades. Por outro lado, ao assumir uma perspectiva crítica, a educação pode se tornar um instrumento de transformação social, promovendo o reconhecimento da diversidade e a valorização de saberes historicamente marginalizados (Gomes, 2017).

Além disso, essa invisibilização impacta diretamente a construção da identidade de estudantes negros, que muitas vezes não se reconhecem nos conteúdos ensinados, o que pode gerar sentimentos de não pertencimento e desvalorização cultural. Esse cenário reforça a necessidade de práticas pedagógicas que considerem a pluralidade de experiências e saberes presentes na sociedade brasileira.

Essa mudança exige não apenas a inclusão de novos conteúdos, mas também a revisão de práticas pedagógicas e a valorização de diferentes formas de conhecimento, ampliando o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2. Racismo estrutural e a necessidade de uma educação antirracista

O racismo no Brasil está profundamente enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas, configurando-se como um elemento constitutivo da própria organização da sociedade. Conforme Almeida (2019), o racismo estrutural se manifesta por meio de práticas institucionais que produzem e reproduzem desigualdades de forma contínua, mesmo na ausência de intenções explícitas por parte dos indivíduos. Trata-se, portanto, de um fenômeno que ultrapassa atitudes isoladas, estando presente nas normas, nas políticas públicas, no acesso a direitos e nas oportunidades sociais.

Nesse contexto, a população negra enfrenta, historicamente, maiores dificuldades de acesso à educação, ao mercado de trabalho, à saúde e a espaços de poder, o que evidencia a permanência de uma lógica de exclusão racial herdada do período escravocrata. Dessa forma, compreender o racismo como estrutural é fundamental para reconhecer que seu enfrentamento exige ações

coletivas, políticas e educativas que questionem e transformem as bases que sustentam essas desigualdades.

Esse processo tem suas origens no período escravocrata, que deixou marcas profundas na organização social brasileira. A escravidão não apenas explorou a mão de obra negra, mas também construiu uma lógica de desumanização que ainda influencia as relações contemporâneas (Nascimento, 1984). Como resultado, a população negra enfrenta desigualdades no acesso à educação, ao mercado de trabalho e a outros direitos sociais.

Nesse contexto, a educação antirracista surge como uma necessidade urgente. Trata-se de uma proposta que vai além da inclusão de conteúdos sobre cultura afro-brasileira, envolvendo a problematização das estruturas que sustentam o racismo. Isso implica reconhecer privilégios, questionar hierarquias e promover práticas educativas baseadas na igualdade e no respeito às diferenças.

Além disso, é fundamental compreender que a educação não se limita ao espaço escolar. Conforme Gohn (2011), os processos educativos também ocorrem em espaços não formais, como comunidades e instituições religiosas, que desempenham papel importante na formação dos sujeitos. Nesses contextos, a aprendizagem acontece por meio da convivência, das experiências compartilhadas e da construção coletiva de saberes, ampliando as possibilidades de formação para além dos modelos tradicionais de ensino.

3. A Umbanda como espaço de resistência e produção de saberes

A Umbanda se constitui como uma religião brasileira que articula diferentes matrizes culturais, incluindo elementos africanos, indígenas e europeus. Essa diversidade reflete a própria formação da sociedade brasileira e evidencia a capacidade de resistência, adaptação e reinvenção dos povos historicamente marginalizados. Nesse sentido, sua constituição expressa não apenas um fenômeno religioso, mas também um processo social e cultural marcado por encontros, conflitos e ressignificações ao longo da história.

Historicamente, as religiões de matriz africana foram alvo de perseguições, preconceitos e tentativas de silenciamento, o que dificultou o reconhecimento de seus saberes como formas legítimas de conhecimento. Esse processo está diretamente ligado ao racismo estrutural e ao

racismo religioso, que deslegitimam práticas culturais e espirituais de origem africana. Ainda assim, essas tradições se mantiveram vivas por meio da oralidade, da memória coletiva e da transmissão intergeracional, reafirmando sua força enquanto espaços de resistência cultural.

Os terreiros de Umbanda, nesse contexto, configuram-se como espaços de acolhimento, resistência e produção de conhecimento. Mais do que locais de prática religiosa, são ambientes onde se constroem identidades, se compartilham experiências e se transmitem valores fundamentais para a vida em comunidade. Conforme Rufino (2019), esses espaços podem ser compreendidos a partir da noção de educação de axé, na qual o conhecimento é produzido e compartilhado por meio da vivência, da energia e da relação com o outro.

Nesses espaços, a educação ocorre de forma não formal, por meio da convivência, da escuta, da observação e da participação nos rituais. Essa forma de aprender rompe com a lógica tradicional da escola, ao valorizar a experiência, a ancestralidade e a coletividade como fontes legítimas de conhecimento. Como aponta Gohn (2011), os espaços não formais ampliam as possibilidades educativas ao reconhecer diferentes formas de aprender e ensinar, contribuindo para a formação integral dos sujeitos.

Dessa forma, os terreiros de Umbanda se consolidam como importantes territórios educativos, nos quais saberes ancestrais são preservados, ressignificados e transmitidos, contribuindo tanto para a valorização da cultura afro-brasileira quanto para o enfrentamento das desigualdades raciais.

4. Os Pretos Velhos e a pedagogia da ancestralidade

Entre as diversas linhas de trabalho da Umbanda, os Pretos Velhos se destacam por sua forte dimensão educativa. Essas entidades representam a memória da escravidão e a resistência do povo negro, transformando experiências de dor em ensinamentos de sabedoria. Durante a pesquisa de campo, foi possível observar que os Pretos Velhos atuam como verdadeiros educadores. Seus ensinamentos são transmitidos por meio da oralidade, do aconselhamento e da escuta atenta, promovendo reflexões sobre a vida, as relações e os valores humanos.

A entrevista com Pai Luiz evidenciou essa dimensão. Ao relatar sua trajetória enquanto encarnado, destacou as condições desumanas vividas durante a escravidão, marcadas pelo trabalho forçado e pela violência. Ainda assim, seus ensinamentos enfatizam a importância da resistência

e da superação, ao afirmar que o sofrimento faz parte dos processos de crescimento.

De forma semelhante, Vovó Maria Redonda trouxe reflexões profundas sobre igualdade e humanidade. Ao explicar que a cor da pele é apenas uma “roupagem”, a entidade desconstrói hierarquias raciais e reforça a ideia de que todos são iguais em essência.

Esses ensinamentos, transmitidos de forma simples e acessível, evidenciam uma pedagogia baseada no cuidado, no acolhimento e na valorização da experiência. Trata-se de uma educação que forma não apenas intelectualmente, mas também emocional e espiritualmente.

5. O terreiro como espaço educativo não formal

A vivência no terreiro permitiu compreender que esses espaços funcionam como importantes ambientes educativos. Diferentemente da escola, onde o ensino é estruturado por disciplinas e conteúdos, no terreiro o aprendizado ocorre de forma integrada, envolvendo corpo, emoção, espiritualidade e coletividade.

Os rituais, os pontos cantados e as práticas religiosas desempenham papel fundamental nesse processo. Os cantos, por exemplo, carregam memórias, histórias e ensinamentos que são transmitidos de geração em geração. Ao serem entoados, não apenas organizam os trabalhos espirituais, mas também reforçam identidades e pertencimentos.

Além disso, o terreiro se caracteriza como um espaço de acolhimento. Pessoas que buscam orientação encontram nas entidades não apenas respostas, mas também escuta, cuidado e apoio. Esse processo contribui para a construção de sujeitos mais conscientes e fortalecidos emocionalmente.

A convivência coletiva também favorece a aprendizagem, ao promover valores como respeito, solidariedade e empatia. Esses elementos são fundamentais para a formação humana e para o desenvolvimento de uma educação comprometida com a justiça social.

6. Saberes ancestrais e educação antirracista

Os saberes transmitidos nos terreiros de Umbanda evidenciam uma forma de educação que valoriza a ancestralidade, a oralidade e a experiência como dimensões centrais do processo de aprendizagem. Diferentemente do modelo tradicional, pautado na escrita e na racionalidade

científica eurocêntrica, esses saberes se constroem por meio da convivência, da escuta e da partilha, configurando-se como importantes instrumentos para a construção de uma educação antirracista.

Nesse sentido, a tradição oral ocupa lugar fundamental, pois, conforme Bâ (1982), ela não se limita à transmissão de histórias, mas abrange conhecimentos sobre religião, natureza, valores e modos de vida, constituindo uma forma complexa e completa de educação que pode se estender por toda a vida. Ao resgatar a memória da escravidão e valorizar a cultura afro-brasileira, os ensinamentos das entidades contribuem diretamente para o enfrentamento do racismo estrutural.

As narrativas dos Pretos Velhos, frequentemente marcadas por experiências de dor, resistência e superação, transformam o sofrimento histórico em ensinamentos que promovem reflexão crítica sobre as desigualdades raciais. Nesse aspecto, tais saberes dialogam com a perspectiva de educação como processo de humanização, conforme aponta Brandão (2007), ao afirmar que a educação se constrói nas relações sociais, nas trocas simbólicas e nas experiências vividas coletivamente.

Além disso, ao promoverem valores como igualdade, respeito, humildade e acolhimento, os ensinamentos transmitidos nos terreiros contribuem para a formação de sujeitos mais críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Como evidenciado nas falas das entidades e dos participantes da pesquisa, há uma constante valorização da dignidade humana, independentemente da cor da pele ou da origem social, reforçando princípios fundamentais de uma educação antirracista. Essa perspectiva também se aproxima das reflexões de Gomes (2017), ao destacar que a educação antirracista exige o reconhecimento e a valorização dos saberes produzidos pela população negra, historicamente silenciados.

A fala das entidades demonstra que o conhecimento não se limita à ciência formal, mas também se constrói a partir das vivências, das experiências e das relações estabelecidas no cotidiano. Como afirma Pai Felipe (2025), trata-se de uma sabedoria que não segue uma lógica cartesiana, mas que se fundamenta na experiência de vida, no sofrimento e na disposição para ensinar com amor e humildade. Nesse sentido, os saberes ancestrais ampliam as possibilidades educativas ao reconhecer que todas as pessoas são capazes de ensinar e aprender, rompendo com a ideia de que o conhecimento legítimo está restrito aos espaços formais.

No pensamento africano, a palavra possui força e significado, sendo compreendida como elemento essencial nos processos educativos. De acordo com Machado (2024), é por meio da oralidade que se constroem os mitos e se transmitem valores fundamentais para a vida em comunidade, como o respeito aos mais velhos, a valorização da ancestralidade e a importância do coletivo. Esses princípios também se fazem presentes nos terreiros de Umbanda, onde a educação ocorre de maneira integrada entre o espiritual e o social, fortalecendo identidades e promovendo o pertencimento.

Dessa forma, os saberes ancestrais presentes nos terreiros se configuram como práticas educativas potentes no enfrentamento do racismo, ao mesmo tempo em que ampliam o conceito de educação. Ao reconhecer diferentes formas de aprender e ensinar, esses saberes contribuem para a construção de uma educação antirracista mais inclusiva, plural e comprometida com a valorização da diversidade cultural e da dignidade humana.

8. Os terreiros como espaços de resistência e transformação social

Por fim, é possível afirmar que os terreiros de Umbanda se configuram como importantes espaços de resistência e transformação social. Ao valorizar saberes ancestrais e promover práticas educativas baseadas na igualdade, no respeito e no acolhimento, esses espaços contribuem para o enfrentamento do racismo e para a construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, dialogam com a perspectiva de educação para as relações étnico-raciais, ao reconhecer e valorizar conhecimentos historicamente marginalizados (Gomes, 2017).

Além disso, a educação que ocorre nos terreiros não se limita aos seus frequentadores, mas se apresenta como uma possibilidade formativa para toda a sociedade. Isso porque o combate ao racismo é uma responsabilidade coletiva, que exige o envolvimento de diferentes espaços e sujeitos, bem como o reconhecimento de múltiplas formas de produção de conhecimento. Conforme Gohn (2011), os espaços não formais ampliam as possibilidades educativas ao promover aprendizagens baseadas na vivência, na troca de experiências e na construção coletiva de saberes.

Dessa forma, os terreiros reafirmam seu papel não apenas como espaços religiosos, mas como territórios de produção de conhecimento, memória e educação antirracista, fortalecendo identidades e promovendo a valorização da diversidade cultural. Nessa perspectiva, a educação de

axé, conforme aponta Rufino (2019), evidencia que o conhecimento é construído na relação, na energia compartilhada e na vivência comunitária.

Ademais, esses espaços contribuem para a formação de sujeitos mais conscientes, sensíveis e comprometidos com a promoção da igualdade racial, ao incentivar práticas de convivência baseadas no respeito às diferenças e na valorização da ancestralidade. Por fim, ao articular espiritualidade, cultura e educação, os terreiros se consolidam como importantes aliados na construção de uma sociedade mais plural, inclusiva e humanizada, promovendo reflexões críticas sobre as desigualdades sociais e incentivando atitudes pautadas na empatia, no respeito mútuo e na valorização da diversidade cultural presente no contexto brasileiro.

Conclusões

Os saberes e ensinamentos dos Pretos Velhos contribuem para a construção de práticas educativas antirracistas na educação não formal. Os terreiros de Umbanda se constituem como espaços educativos baseados na oralidade, na convivência e na experiência coletiva. Os Pretos Velhos atuam como educadores populares por meio do acolhimento, da escuta e do aconselhamento.

Os ensinamentos dessas entidades valorizam o respeito, a igualdade, a ancestralidade e o cuidado. As narrativas e falas das entidades evidenciam a memória da escravidão e promovem reflexões sobre o racismo. Os discursos dos Pretos Velhos reforçam que a cor da pele não define o valor das pessoas. Esses ensinamentos contribuem para o enfrentamento do racismo estrutural e do racismo religioso.

Os saberes ancestrais ampliam as formas de compreender a educação para além do espaço escolar. Os terreiros fortalecem a identidade, o pertencimento e a valorização da cultura afro-brasileira. A educação antirracista se apresenta como responsabilidade coletiva e não apenas escolar. Os saberes dos Pretos Velhos se configuram como referenciais pedagógicos para práticas educativas mais humanas e inclusivas. A ampliação de estudos sobre religiões de matriz africana fortalece o reconhecimento desses espaços como territórios de produção de conhecimento.



Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BÂ, Hampâté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I**. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social**. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MACHADO, Vânia. Projeto Irê Ayó: mitos afro-brasileiros e vivências educacionais. **Letramento Socioambiental**, Atibaia, v. 2, n. 5, p. 287–298, 2024.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas: Exu como educação**. **Revista Exitus**, Santarém, v. 9, n. 4, p. 262–289, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 2003. p. 15–34.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FRPED